

Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira

Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Perspectiva do antigo (foto à direita) e novo prédio (foto abaixo) do Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira, localizado na Avenida Geny de Assis, no Centro da Cidade. O nome do Fórum homenageia o primeiro Juiz de Direito do Estado do Acre com jurisdição em Brasiléia.



MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA DE BRASILÉIA

Dr. Evaldo Abreu de Oliveira (*in memoriam*)

Dr. Minervino Bezerra de Farias

Dra. Miracele de Souza Lopes Borges

Dr. Francisco das Chagas Praça

Dr. Jorge Cardoso

Dr. Lourival Alves da Silva

Dr. Feliciano Vasconcelos de Oliveira

Dr. Heitor Andrade de Macedo

Dr. João Júlio Rocha (*in memoriam*)

Dr. Francisco Djalma da Silva

Dra. Regina Célia Ferrari Longuinni

Dr. Pedro Francisco da Silva

Dra. Solange de Souza Fagundes

Dra. Rogéria José Epaminondas

Dr. Fernando Nóbrega da Silva

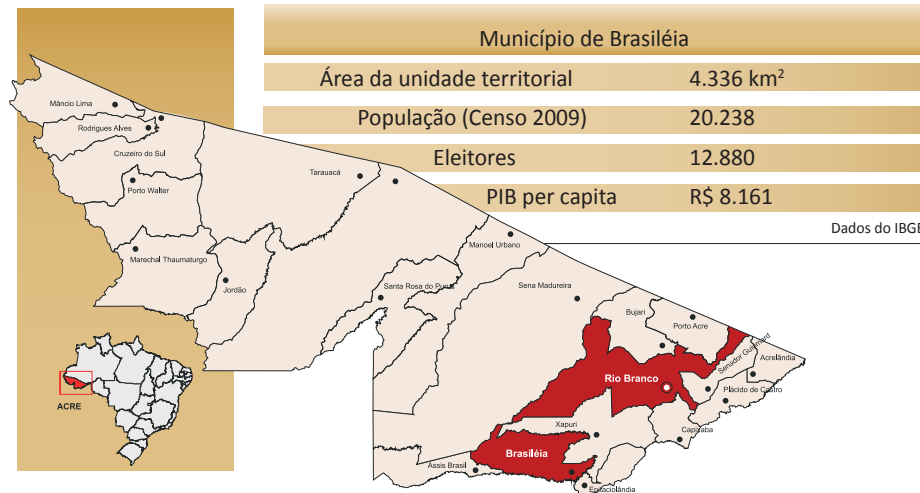
Dr. Leandro Leri Gross

Dr. José Augusto Melo da Silva

Dra. Joelma Ribeiro Nogueira

Dr. Danniell Gustavo Bomfim Araújo da Silva

Dr. Alleson José Santos Braz



Comarca de Brasiléia

Comarca de 2ª Entrância, com uma Vara Cível e uma Criminal, além de uma Subsecretaria para feitos de Juizado Especial Cível e uma de Juizado Especial Criminal. A Comarca possui um Centro Integrado de Cidadania, onde estão localizadas as Serventias Extrajudiciais da Cidade.

Contatos

Fórum Evaldo Abreu de Oliveira
Avenida Geny Assis, s/n . Centro.
69.932-000. Brasiléia-AC.
(68) 3546.3307

Palácio da Justiça
Assessoria de Comunicação Social
Rua Benjamin Constant, 277. Centro.
69.908-520. Rio Branco-AC.
(68) 3211.5356



Referências

KLEIN, Daniel da Silva. **Brasiléia: aspectos históricos de um município acreano**. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre, 2010.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e políticas públicas**. Rio Branco: Editora da UFAC, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2010.



A cidade fundada pela Justiça



CENTENÁRIO DE BRASILÉIA
1910-2010

Homenagem do Poder Judiciário do Acre a todos quantos trabalharam em prol do crescimento e desenvolvimento da Cidade de Brasiléia. Por sua dedicação, nossa estima; por seus exemplos, nossa admiração; por suas realizações, nossa consideração; por seu espírito cidadão, nossa eterna gratidão.

A cidade fundada pela Justiça

A cidade de Brasiléia teve sua origem a partir de um incidente ocorrido entre o Juiz do 3º Termo Judiciário da Comarca de Xapuri e os arrendatários do Seringal Nazaré, local que abrigava a sede da Justiça na região. Nos antigos seringais do Acre o seringalista era figura central na organização social, política e econômica. Dentro do seu seringal um seringalista podia tudo, ou quase tudo. Com um aparato razoável de poder moral e econômico nas mãos, esses proprietários agiam, às vezes, como juizes, legislando inclusive sobre a vida e morte dos seringueiros e demais trabalhadores da cadeia produtiva no interior de um seringal.

Nesse contexto, a ausência do Estado era a norma. Após o término da Revolução Acreana, o Brasil procurou fundar na região algumas de suas instituições. A primeira a chegar foi o 15º Batalhão de Infantaria, uma tropa do Exército Brasileiro com dois objetivos claros: manter a ordem instituída e demonstrar força aos países vizinhos. De imediato o Poder Judiciário também conseguiu montar uma rede mais ou menos capilar de comarcas nos centros urbanos, responsáveis por administrar pequenos termos judiciais nos seringais maiores do interior. Assim aconteceu com a cidade de Xapuri, sede de uma comarca, que por sua vez gerenciava o 3º Termo Judiciário, localizado na sede do Seringal Nazaré, arrendado em 1910 por João Pereira de Pinho.

Ao que tudo indica, esse pequeno Termo Judiciário começou a se desentender com o patrão do seringal logo que começou a funcionar, exatamente porque tentava garantir os direitos dos trabalhadores. As coisas se acirraram até que o seringalista João Pereira expulsou das suas terras o Juiz Fulgêncio de Paiva e o seu assistente. Os dois funcionários da Justiça colocaram todos os seus pertences, arquivos e processos, em um jamaxi e subiram a pé as margens do Rio Acre até a primeira cidade que encontraram, Cobija, na Bolívia. Os representantes da Justiça despertavam risos e ironias nas pessoas que os viam atravessar as ruas da cidade boliviana tendo às costas os pertences oficiais. Dizia-se em satírico dito da região que a Justiça do 3º Termo andava num jamaxi, de seringal em seringal, mendigando hospedagem.

Cobija era o maior centro urbano de todo o Vale do Rio Acre e alguns dos maiores seringalistas da região moravam lá. Após conversas com a comunidade local, Fulgêncio de Paiva conseguiu o apoio do brasileiro José Cordeiro Barbosa, que organizou uma reunião em sua residência para angariar apoio à causa do Judiciário. Uma comissão formada por Luiz Barreto, Reinaldo Melo, e os próprios José Cordeiro e o Juiz Fulgêncio de Paiva, passou a procurar um local apropriado para a construção da sede do Judiciário. Propuseram ao senhor Hermano Pessoa, proprietário do Seringal Bela Flor, que cedesse uma faixa de terra da sua propriedade, mas ele logo rechaçou a idéia e expulsou a comissão de sua casa.

Em frente ao Bela Flor, no Seringal Carmem, a comissão avistou uma área parecida com uma península entre duas curvas à margem esquerda do Rio Acre, defronte a Cobija, e propensa a alagações. Por imaginar que esta seria uma terra pouco valorizada para o dono do seringal, decidiram instalar nela o 3º Termo Judiciário. No dia 3 de julho de 2010, cerca de 100 pessoas, entre homens e mulheres, deram início a um verdadeiro mutirão, que realizou a derrubada da mata e ergueu a sede da instituição. Abriu-se uma clareira na colocação em que residia seu Raimundo Furtado e onde ficava o armazém do noteiro Fulgêncio Cruz.

Concluído o trabalho de derrubada e limpeza do terreno, iniciou-se a construção de um amplo prédio, denominado Palácio da Justiça. Neste local surgiu a cidade de Brasília e atual Brasiléia, cuja data oficial de fundação ficou definida em 3 de julho de 1910. Quando o Palácio ficou pronto, a firma proprietária do Seringal Carmem, a A. Braga Sobrinho & Cia., enviou para o local o gerente do estabelecimento, João Gomes, a bordo

do vapor Braga Sobrinho. O gerente, acompanhado de uma verdadeira marinhada armada de foices, martelos e machados, desembarcaram no barranco em frente ao Palácio e o derrubaram completamente em poucas horas.

Os moradores da Vila Brasília nada fizeram com medo de represálias, mas o Juiz Fulgêncio de Paiva partiu para Rio Branco e pediu ajuda ao Prefeito Departamental, Deocleciano Coelho, que desapropriou o terreno. O termo oficial de desapropriação data de 30 de maio de 1911. Mais tarde, no dia 20 de setembro daquele ano, Deocleciano Coelho oficializou a Vila Brasília por meio da Resolução Departamental nº 28. O 3º Termo Judiciário ganhou com o tempo uma sede nova no mesmo local, mais ampla e em alvenaria. Na área pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado funciona hoje o Centro Integrado de Cidadania de Brasiléia (CIC-Brasiléia).

Brasília permaneceu na condição de Vila até 21 de fevereiro de 1938, quando o Presidente Getúlio Vargas publicou o Decreto Federal nº 968, que a emancipou de Xapuri e a transformou em Município. Em 1º de janeiro de 1939 o Município foi efetivamente instalado, quando assumiu o primeiro Prefeito de Brasília, Angelo da Silveira.

O nome Brasiléia foi adotado em 31 de dezembro de 1943, por meio do Decreto Federal nº 6.163. A mudança aconteceu porque, à época, a legislação brasileira pertinente não permitia duas cidades com o mesmo nome e no Estado de Minas Gerais havia uma Brasília que era mais antiga que a cidade acreana.

A partir de um projeto de urbanização que começou a ser traçado em 1912, Brasiléia foi crescendo com ruas projetadas em quadras e lotes definidos para os primeiros moradores que se instalaram junto com o 3º Termo Judiciário. O antigo terreno baixio do Seringal Carmem passou a abrigar uma Vila de crescimento acelerado e os poderes do Estado logo foram sendo instalados devido às necessidades urgentes por comunicação, segurança, educação e saúde pública. Brasiléia completa 100 anos em 2010, sendo o município central de todo o Vale do Acre.



Obelisco de Fundação da Cidade de Brasiléia

Acervo Digital do Dept. de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour

No ano de 1910, nos dias que antecederam o mutirão para construção da sede da Justiça, a comissão responsável pelos trabalhos divulgou pelos seringais da região a notícia de que uma vila seria aberta no Seringal Carmem e que as famílias interessadas em se mudarem para a nova área receberiam auxílio em dinheiro. Ao mesmo tempo que o Palácio da Justiça era erguido, um arruado foi sendo demarcado nas redondezas, com lotes de terras sendo distribuídos e casas de madeira sendo contruídas. Esse arruado originou a rua demonstrada na foto ao lado. Em 1922, nesta área foi erguido um obelisco em homenagem ao contexto de fundação da cidade, hoje localizado nas proximidades do conhecido "Forró da Cacilda".



Esquina onde se localizava o antigo Palácio da Justiça e atual Centro Integrado de Cidadania

Acervo Digital do Dept. de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour

Perspectiva da esquina onde se localizava o Palácio da Justiça, sede do 3º Termo Judiciário. Atualmente o espaço pertencente ao Poder Judiciário Acreano abriga o CIC-Brasiléia. À direita fotografia provavelmente da década de 1970 e à esquerda do ano de 2004.



Rua Prof. Rolando Moreira, conhecida como Rua do Comércio

Acervo Digital do Dept. de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour



Vista parcial de uma das principais ruas de Brasiléia, popularmente conhecida como Rua do Comércio, com seus tradicionais benjamins, fotografada na década de 1970.

Avenida Odilon Prtagir

Acervo Digital do Dept. de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour

Uma das principais avenidas da cidade, ladeada por palmeiras imperiais, fotografada na década de 1970.

